

A CNPdc – Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, é um colegiado autônomo de caráter representativo da Rede Nacional dos Pontos e Pontões de Cultura, instituída por iniciativa destes e integrada por representantes eleitos no Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, a partir de 2007.

Em sua composição em 2025, a CNPdc conta com 49 membros, sendo 27 (vinte sete) representante dos Grupos de Trabalho (GT's) Estaduais e Distrito Federal e 22 (vinte dois) representante dos Grupos de Trabalho (GT's) Temáticos, que correspondem às ações estruturantes da PNCV.

A CNPdc, têm como **objetivo** geral garantir o fortalecimento da **Rede Nacional Cultura Viva** em todo o território nacional. Seu **direito à atuação está garantido na Instrução Normativa N°8 da Lei Cultura Viva**, sendo **instância** permanente de **Gestão Compartilhada e de representação Advocacy e Incidência Política**.

A Comissão é uma das representações membro do Conselho de Participação Social da Presidência da República, dos Fóruns de Participação Social nos Estados e DF, do Comitê Permanente de Educação Popular da Secretaria Geral da Presidência, do Comitê Permanente de Educação, Cultura e Arte do Campo das Águas e das Florestas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CPECAF/-CONDRAF, do Cadastro de Movimentos Sociais do Mercosul e da Cúpula dos Povos.

Em 2024, a Rede Nacional Cultura Viva completo 20 anos e iniciou um processo de expansão nos territórios nas 27 Federações por meio dos editais da PNAB – Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Este processo resultou em um **aumento de 5 Mil para mais de 10 Mil Pontos e Pontões de Cultura em 2025**.

MAPA DA REDE CULTURA VIVA: <https://culturaviva.cultura.gov.br/>

 cnpsc@iteia.org.br

 [@culturavivabrasil](https://www.instagram.com/culturavivabrasil)

 <https://cnpsc.teiasculturaviva.com/home>

Justiça Climática é Democracia Cultural: O Futuro que Cultivamos nos Territórios.

Sem cultura, não tem democracia! Esta afirmação vai muito além de uma simples metáfora, pois a democracia é um edifício que não se sustenta apenas sobre leis e instituições, mas fundamentalmente sobre uma base cultural sólida. É a cultura, em seu sentido mais amplo — que abrange a educação, a produção artística, o debate de ideias e a memória histórica — que fornece as pessoas, as ferramentas críticas para discernir informações, questionar o poder, compreender o outro e participar ativamente da vida pública. Um povo desprovido de acesso à cultura e à reflexão torna-se vulnerável à manipulação, ao discurso autoritário e ao empobrecimento do debate, que são justamente os venenos que corroem os alicerces de qualquer regime democrático.

Esta máxima encontra na **Política Nacional Cultura Viva** a sua expressão prática mais transformadora. Mais do que um conjunto de ações, a **Cultura Viva é uma política pública de base territorial**, a qual materializa o princípio de que a cultura é um direito fundamental e um instrumento de cidadania. Ao **reconhecer e fomentar os Pontos de Cultura nas periferias, nos subúrbios, comunidades indígenas, quilombolas e áreas de alta vulnerabilidade, essa política fortalece a democracia a partir dos territórios**. Ela inverte a lógica tradicional, saindo de um modelo centralizador para um modelo que valoriza e financia a produção cultural local, dando voz e dignidade às pessoas historicamente excluídas, combatendo a violência simbólica e física e criando os alicerces para uma democracia vibrante e participativa.

Portanto, investir em cultura não é um gasto supérfluo, mas um investimento vital na saúde da democracia. E este investimento revela-se ainda mais urgente e estratégico quando ampliamos nosso olhar para a maior crise de nosso tempo, a crise climática. **A crise climática é o sintoma mais agudo de um modelo de desenvolvimento historicamente injusto**, e enfrentá-la exige uma profunda transição ética e cultural baseada no princípio irrefutável da justiça climática. Esta justiça reconhece que os povos tradicionais, comunidades locais e populações em vulnerabilidade — os que menos contribuíram para o problema — são os mais impactados, enquanto suas vozes são sistematicamente silenciadas.

É aqui que a conexão se torna vital: **não há justiça climática sem democracia, e não há democracia sem a valorização da cultura nos territórios**. A cultura é o sistema operacional da humanidade, o repositório dos saberes ancestrais sobre a biodiversidade, das técnicas sustentáveis e da cosmovisão que vê a natureza como sujeito de direitos. Os guardiões das florestas e das águas detêm as chaves para a regeneração do planeta.

Na **COP 30**, convocamos os líderes mundiais a adotarem uma visão radicalmente mais inclusiva. Que as metas do Acordo de Paris sejam traduzidas em políticas que fortaleçam a autonomia cultural e territorial das comunidades. A justiça climática que almejamos será cultivada no chão da floresta, nas periferias urbanas resilientes, nas roças quilombolas e nas aldeias indígenas. **O futuro do clima não será decidido apenas em salas de conferência; ele está sendo semeado, agora, na sabedoria milenar e na criatividade insurgente nos territórios.**